

ENTREVISTA À ZIGMUNT BAUMAN ¹

(por Beata Cieszyńska, tradução de Teresa Fernandes Swiatkiewicz)

“Dez perguntas no final da década”

P: Ao propor como tarefa uma apreciação multifacetada de uma década prestes a terminar, a nossa revista *Letras Com Vida* visa também aferir o ponto de partida da nova década, daí o subtítulo desta edição: “Estado da Arte 2000-2010”. Neste contexto, interessa-nos saber se o senhor professor, como indivíduo e sociólogo da cultura, encara a apreciação deste período de tempo – uma década – como sendo útil para a aferição dos sucessos alcançados e das incapacidades reveladas pelo mundo contemporâneo, pelo senhor considerado uma “pós-modernidade líquida”. Se assim for, o que poderá ser considerado crucial, nos últimos anos, numa perspectiva da sociologia da cultura? E com que instrumentos podemos mensurar esta década?

R: Hoje ainda não podemos sabê-lo..., estamos condenados a palpites e a opiniões muito fragmentárias, porquanto aquilo que foi de fato crucial na alteração cultural desta última década só nos será dado a conhecer daqui a algum tempo. Esta é uma lição tirada da história da reflexão, feita até hoje, acerca da pós-modernidade, a qual, segundo um dos sociólogos da cultura, Alain Ehrenberg, deveria ter começado numa certa tarde de outono, no final dos anos 80, quando, durante um programa televisivo, uma tal Vivienne proferiu sérias declarações sobre pormenores íntimos da sua vida conjugal (falta de orgasmo devido à ejaculação precoce do marido, Michel). Naquela altura, ninguém percebeu que ela estava a demarcar ou a determinar a direção das transformações culturais que se seguiriam e que esta nova marca distintiva seria difundida de modo tão maciço que a exposição pública de experiências extremamente íntimas se tornaria uma regra da pós-modernidade.

¹ Esta entrevista foi originalmente publicada na Revista **Letras Com Vida** - Literatura, Cultura e Arte, do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A Revista **Atos de Pesquisa em Educação** agradece a gentil doação da entrevista pelo professor Dr. José Eduardo Franco, da Universidade de Lisboa.

P: E como é que o senhor avalia os êxitos da sociologia da cultura nos últimos anos? É possível determinar as suas vertentes atuais ou a direcção das suas tendências? O que sabemos hoje, de novo, sobre a cultura?

R: A cultura de hoje é um conjunto de ofertas, não de normas... Para além disso, ao invés de se considerar a falta de informação como uma “garganta estreita” no desenvolvimento do saber acerca do mundo, encara-se o seu excesso no desempenho desse papel. A junção destes dois fenómenos resulta na necessidade de fazer constantes escolhas e na impossibilidade de fazer escolhas definitivas, bem como na sensação angustiante de tempo perdido. Faltam orientações duradouras; as novas opções desqualificam as escolhas anteriores e, assim, manda o bom senso que haja apenas um empenhamento parcial - quer se trate de relacionamentos, de trabalho ou de um estilo de vida -, e que se deixem as portas semiabertas a fim de permitir o regresso. E, já que não há escolhas que possam reclamar direitos definitivos, a nova cultura tenta libertar-se das consequências indesejáveis dos procedimentos; o que também sugere uma nova visão instrumental do passado. Tanto a tradição como a herança cultural encontram-se hoje *à la carte* na consciência dos jovens e não só. Ao invés de ser um sustentáculo, no qual assentam as raízes do presente (por natureza, resistentes a transplantes), o passado torna-se um conjunto de portos, aos quais se atira seletivamente uma âncora para que aquele possa ser (facilmente e sem bradar aos céus) recuperado, caso haja necessidade de alterar a rota atual. Outra marca distintiva é a generalização da Internet, ocorrida nos últimos anos, que se tornou uma mudança cultural à altura da revolução de Gutenberg. O saber acumula-se hoje não no cérebro, mas no computador; e a geração educada na Internet [a Beata ainda se lembra o que era a vida sem Internet? (risos)] comunica através de *facebook*s com centenas, se não milhares de “amigos” de uma só vez. Nestas condições, o que significa então a amizade? As relações, os compromissos?

P: Há quem considere que os sociólogos da cultura se encontram hoje num impasse específico resultante da experiência da globalização, num conflito de «perspectivas» patente neste mundo globalizado que impõe a sua perspectiva global, enquanto a experiência do século XX lembra os perigos de toda a solução “total”, pois esta pode

efetivamente revelar-se como totalitarismo... O senhor percebe um conflito de perspectivas deste gênero nas suas reflexões?

P: Repito até à exaustão: a resolução de problemas criados globalmente só pode ser também global. A Europa não é capaz de resolver esse tipo de problemas com os seus próprios meios e apenas no seu espaço delimitado; não a podemos culpabilizar por tal (o que, no final de contas, acaba por ser animador, já que mais uma vez se desmascara a falácia e a fragilidade da ideia de *Festung Europa*...). A única coisa de que podemos e devemos acusar a Europa é de pouco (ou nada) ter feito e continuar a fazer pouco pela promoção da “globalização positiva”: a única maneira de restringir a globalização “negativa” e de nos salvar dos seus efeitos nefastos. Os destinos da Estônia ou da Grécia seriam certamente bem piores se não fosse o broquel defensivo, guardado no arsenal de Bruxelas – esta armadura, porém, quando muito suaviza a gravidade da ferida, mas não a evita. Quaisquer que sejam as enfermidades da União Europeia, de que se fale, regressamos sempre ao mesmo ponto: sem nos colocarmos decididamente do lado da estratégia da ambição e da responsabilidade estaremos condenados a transitar de crise em crise, de catástrofe em catástrofe, a coçar dolorosamente erupções cutâneas sem hipótese de curarmos o tifo, com o contributo das forças globais que, livres de supervisão política, lavram pelo espaço cibernético. Por mais países membros que a ela adiram, a União Europeia, abandonada a si própria, permanecerá impotente perante essas forças.

P: A questão da necessidade de encontrar soluções globais liga-se, por exemplo, ao problema da pobreza ou das exclusões contemporâneas de que tanto se fala nas suas obras. A atenuação do sentimento de exclusão e o trabalho em favor de uma aproximação cultural são um assunto abordado por organizações “associadas” à nossa revista *Letras com Vida*. O nosso desejo é que as iniciativas levadas a cabo em Portugal (e na Europa) nos aproximem, para dar um exemplo, ao ponto da palavra “imigração” poder ser substituída por “mobilidade”, pelo menos no que diz respeito aos países europeus e da União Europeia. Tratar-se-á de um otimismo excessivo...?

R: Em todas as ideias de conjugação de forças, de fusão de meios e arsenais, de coordenação de procedimentos, mesmo que sejam para servir a mais nobre das causas, é sempre difícil conciliar egoísmo e altruísmo. Nesta luta livre, podemos apenas apostar, sem afiançar, quem irá atirar o outro ao chão. No meu livro sobre a Europa como uma aventura inacabada sugeri que as experiências adquiridas no laborioso trabalho pela “unificação da Europa” poderiam tornar a Europa uma noiva altamente dotada, capaz de trazer para as suas segundas núpcias com o mundo o dote de que o noivo carece, tal como os pulmões precisam de oxigênio, ainda que disso não se tenha apercebido; mas o resultado de todo este labor também pode tornar-se um zelo repetido da “Europa unificada” na concepção de *Standortkonkurrenz* de Jürgen Habermas: uma Europa com um poder maior de tirar aos outros os pedaços mais saborosos das já magras e cada vez mais magras reservas do planeta. Tal como já escrevi, a Europa encontra-se perante a escolha de duas estratégias distintas de autodeterminação. Pessoalmente, sonho que a Europa opte pela estratégia da “ambição e da responsabilidade”, mas nunca afirmei que tal fosse um dado adquirido ou tampouco que fosse a alternativa mais provável... Mas continuo a insistir que nada ainda está decidido e que a escolha da “coletivização dos egoísmos nacionais”, ou seja, do agrupamento das parcelas dos pontos fortes da Europa numa *Standortkonkurrenz* global, não é nem irreversível nem definitiva. Com alguma razão, Duns Scot troçou dos amantes das sentenças levianas em relação à eternidade dos seres ou à sua morte definitiva: «aqueles que negam que o ser seja casual, deveriam ser sujeitos a torturas enquanto não admitirem que também é possível não serem torturados».

P: Muito nos regozijamos com a sua discordância em relação à opinião de que “já está tudo decidido” por parte dos nacionalismos emergentes, o que é também para nós fonte de inspiração. Consideramos, igualmente, que esta discussão ainda não terminou. Por isso, o nosso centro CLEPUL colabora na organização do congresso internacional “*Europa das nacionalidades. Mitos de origem: discursos modernos e pós-modernos*” a decorrer em Aveiro, em maio do próximo ano. Contamos com as palavras do senhor professor neste debate! Por outro lado, é difícil negar que as recentes notícias sobre o tratamento cada vez mais drástico dado aos imigrantes nos preocupam inevitavelmente, não só perante a oportunidade perdida de construir

uma Europa dialogante, coexistente e multicultural, mas também perante a traição desta missão.

R: Sim. A Europa, a casa de família de Kant, profeta de um mundo hospitaleiro, hoje é um exemplo de... hostilidade (que, aliás, contribui para a sua própria perdição, a longo prazo): os inventos técnicos mais impressionantes, conseguidos nos últimos anos na Europa e nas suas ramificações ultramarinas, servem para fechar e selar portas, bem como para encarcerar intrusos. E esses intrusos não são apenas pessoas que desejam que a Europa os ajude a sair da miséria, mas também são *vítimas* da Europa: pessoas que foram atiradas para a miséria por uma forma de vida outrora inventada e testada pela Europa e posteriormente zelosamente exportada para outros continentes – uma forma de vida que produz em massa pessoas supérfluas, destinadas à sucata ou à trituração – refugos da “racionalização” e desperdícios “do progresso económico”. Sendo pioneira da “modernização”, e enquanto foi a única sede da mesma, a Europa ia-se salvando com soluções *globais* face ao problema do “excesso de população” localmente surgido; agora exige àqueles países, que aliciou ou impeliu para a obsessão pela “modernização”, que procurem soluções *locais* para problemas surgidos *globalmente*. E depois os políticos europeus admiram-se e ficam escandalizados quando muitos desses países encontram “soluções” como a chacina em massa daqueles que são diferentes deles ou dos vizinhos de além fronteiras, ou “soluções” como o enchimento das carteiras dos contrabandistas de tráfico humano... E onde pára a esperança? Hoje, perante o atual estado do mundo e, quiçá, pela primeira vez na história da humanidade, deposito-a no fato do instinto de sobrevivência e o sentido moral nos obrigarem a proceder da mesma maneira: neste barco global, no qual todos nos encontramos apertadinhos, ou nos ajudamos mutuamente a remar ou nos afundamos todos juntos. E, no meio disto tudo, mais cedo ou mais tarde, também iremos descobrir que o tifo não se cura coçando a pele.

P: Relativamente à questão da identidade entendida aprioristicamente como missão e aceitando a multiculturalidade como o modo hodierno de descrição da experiência global da participação numa cultura globalizante, o senhor professor concorda com a afirmação de que hoje quase todos somos, de uma forma ou de outra,

“multiculturais” (“we are all multiculturalists now”). Assim sendo, será este um caminho para atingir um estado próximo do ser “daqui, desta terra” numa escala europeia? A Europa ainda tem hipótese de o alcançar?

R: Monet, Schuman, de Gasperi, Adenauer ou Spaak não tinham nenhum “projeto político” e muito menos lhes passava pela cabeça qualquer ideia de uma “comunidade imaginária”. Começaram pela cozinha e não pelo salão. E, por isso, foram bem sucedidos, contrariamente a outros “unificadores *in spe*”. Sou suficientemente idoso e sou testemunha dos primeiros passos da União Europeia: não me lembro de ver o povo ir para as ruas, fazer comícios e manifestações de apoio e de carinho para com “a história emergente”... Também não me recordo de ter havido debates sobre o “espírito da Europa” e o seu “destino”. Os sensatos fundadores da União Europeia falavam sim de carvão e de aço. Apostaram na concretização dos fatos e na lógica dos fatos concretizados: estabelecemos uma rede espessa de relações mútuas e, depois, quer se queira ou não, já não existe alternativa a não ser ficarmos sentados à mesma mesa... A União Europeia não nasceu de projetos, mas de acontecimentos passados. Passo a passo, grão a grão, todos eles gerados a partir do anterior... uma cultura comum, uma identidade comum, um amor comum, solidariedade? Tudo isto nasceu como aquilo que os ingleses designam como “afterthought” e que nos tempos maus do antigamente se chamava “forjar uma ideologia para os fatos”. Aí nasceu, e continua a vir de cima, principalmente em salas de debates intelectuais e em seminários universitários. Os antropólogos há muito cunharam a noção de “cultural lag”: a cultura, tal como dizem, precisa de tempo para se adaptar às condições de vida que se alteram – e enquanto não se adaptar constitui um obstáculo no caminho do veículo do progresso. A consciência de uma comunidade de interesses não consegue acompanhar a convergência de interesses. A consciência, por natureza, desconfia das novidades. Demos um exemplo do nosso país: quanto tempo foi (será) preciso para que os habitantes de Poznan deixem de desconfiar dos habitantes da região de Varsóvia, antigamente anexada à Rússia ou deixem de menosprezar os da região da Galícia, dantes anexada à Áustria?

Nem a consciência nem a cultura *existem*; elas *acontecem*. Existem por obra de um constante tornar – sempre, por azar ou, antes, por sorte, ainda inacabado... As

crises que se seguem geralmente apanham-nos desprevenidos. Perante novas situações reagimos com hábitos nascidos de experiências de situações passadas. E o princípio do “salve-se quem puder” é porventura o mais enraizado de todos.

P: Como nasceu a sua noção de “a consciência do Europeu”? Todos os leitores do livro de entrevistas *Identidade* ficam emocionados com a história que o senhor conta a Benedetto Vecchi acerca da escolha do hino a ser executado durante a cerimônia da atribuição do título de *Doctor honoris causa* que a Universidade de Praga lhe concedeu. A proposta da sua esposa, a Sra. D. Janina, para que escolhesse o hino europeu parece simbólica... Numa perspectiva geral, que significado têm as palavras proferidas pelo senhor naquele contexto: “... sempre me senti europeu”?

R: Essa decisão foi ditada pelo horizonte real, geográfico, em que eu vivia e atuava. Tinha-me sido retirada a nacionalidade/cidadania polaca e a cidadania britânica também não podia fazer de mim um verdadeiro britânico... Já que o meu saber e a minha experiência sempre se alicerçaram num fundo verdadeiramente europeu e se incluíram no horizonte da Europa, surgiu a ideia de tocar o “hino europeu” por ser efetivamente um ponto de identificação na referida cerimônia de Praga.

P: Já várias vezes me deparei com tentativas de captar a ambivalência que a sua visão da globalização acarreta, bem como a “pós-modernidade líquida” sob a forma de “tanto uma coisa como outra podem acontecer”, por outras palavras, a interpretação de que “a garrafa tanto pode estar meio cheia como meio vazia”. O Senhor concorda com tal fluidez e abertura na leitura das suas concepções, ou considera antes que esta duplicidade parte do pressuposto do objeto (as suas obras) ou, ainda, resulta da interpretação e do olhar do intérprete? Podemos, com alguma certeza, estimar o que emana das suas obras: otimismo ou pessimismo?

R: Até bem pouco tempo andei pelos mais variados cantos da Europa a proferir palestras, após as quais surgiam normalmente perguntas e havia quase sempre alguém que me perguntava por que razão eu era tão pessimista; a não ser que a palestra fosse sobre a Europa e o seu lugar no mundo, aí me perguntavam por que razão eu era tão otimista. A diferença nas perguntas não era casual uma vez que o

estatuto cognitivo das minhas palestras também era distinto. A Europa parecia ter uma vontade: saber o que *quer* e saber o que se deve fazer para o *alcançar* – e persistir contra as contrariedades do destino e contra a resistência da matéria é, precisamente, *fazer*. Hannah Arendt afirmou que o “eu-querer” é o ninho da vontade humana, Karl Jaspers avançou com a ideia de que a raiz da necessidade do querer reside na nossa ignorância e, por sua vez, Henri Bergson demonstrou que é a “necessidade” e não a “liberdade” que é a ilusão da consciência... E, ainda, Kant admitia que bastava duvidar da identidade do “devo” e do “posso” para que descobríssemos a vontade como poder autônomo. No seu estudo sobre a vontade, Hannah Arendt afirma que a necessidade manifesta pela vontade de querer não é menor do que a necessidade de pensar manifesta pela razão: em ambos os casos, diz ela, a mente excede as suas limitações “naturais”...

Só a Europa parecia enfrentar as alegadas necessidades e empreender ações de modo a conseguir disparar a funda da vontade de David contra as inevitabilidades históricas de Golias. Só a Europa, que não se juntou à esgrima da espada a nível planetário, parecia arregaçar as mangas e preparar-se para resolver os problemas que também inquietavam o resto do planeta e cuja solução era, igualmente para o resto do planeta, uma questão de vida ou de morte, embora o dito resto do planeta, por ignorância ou falta de vontade, parecesse tratá-los como insolúveis. Problemas desse gênero são, por exemplo, o corte da corrente cismática dos feudos tribais e dos conflitos entre vizinhos de uma antiguidade que já conta com muitos séculos. Ou, então, a vida quotidiana e permanente em contato com a diferença, sem aquilo que permite exigir aos outros que se desfaçam da sua diferença ou, ainda sem aquilo que permite renunciar à sua própria diferença. Ou, a rejeição da multiplicidade dos seres como dádiva divina a ser assumida em humildade, mas a sua assunção como uma hipótese de enriquecimento de todas as formas de vida com toda esta multiplicidade. Muito antes de Obama, a Europa deveria ter posto mãos à obra, exortando: “we can!”. Será que, ao depositar a esperança na Europa, me enganei? É possível. Mas pode-se ter a certeza de um engano no momento em que nos enganamos? A confiança é sempre refém do destino. Só se pode ter a “certeza” de um engano de antemão à custa da renúncia à confiança na funda de David.

P: A minha última pergunta terá forçosamente de se referir a Portugal já que sou sua representante. Na esperança da continuação de colaboração, gostaríamos de saber algo acerca da sua experiência com os países ibéricos. Talvez nos possa falar dos seus encontros com autores e pensadores portugueses e espanhóis e de como recebeu a atribuição do Prêmio Príncipe das Astúrias no âmbito da comunicação e das humanidades?

R: Da literatura portuguesa conheço os autores internacionalmente mais reconhecidos, como o poeta Fernando Pessoa que, a dada altura, foi para mim uma grande descoberta, lido principalmente em inglês, mas também em português. José Saramago é outro dos autores que conheço e aprecio, tendo lido praticamente todos os seus romances, a começar pela *História do Cerco de Lisboa*. A recente notícia da sua morte entristeceu-me bastante; tenho muita pena que este grande escritor já não crie mais nada.

Foi com satisfação que recebi o prêmio que me foi entregue a 22 de Outubro, em Oviedo. Deixo aqui fragmentos do discurso que proferi durante a cerimônia, os quais constituem também uma boa conclusão para esta entrevista:

«... muitas são as razões para estar imensamente agradecido pela atribuição desta distinção, ainda que o mais importante seja a inclusão dos meus trabalhos no seio das humanidades, do esforço importante para a comunicação entre as pessoas. Toda a vida tentei cultivar a Sociologia tal como os meus dois professores de Varsóvia, Stanislaw Ossowski e Julian Hochfeld, há sessenta anos me ensinaram; e ensinaram-me a ver nela uma ciência do homem, cujo único objetivo, nobre e maravilhoso, é possibilitar e facilitar o diálogo estabelecido entre as pessoas. Este aspecto leva-me a recordar outra razão importante nesta minha satisfação e agradecimento. O prêmio provém de Espanha, do país de Miguel Cervantes Saavedra, autor do romance mais espectacular jamais escrito, pai das humanidades. Cervantes foi o primeiro a alcançar aquilo que, nas Ciências Humanas, todos tentamos alcançar com maiores ou menores resultados à medida das nossas capacidades limitadas.

Tal como outro escritor, Milan Kundera, referiu, Cervantes mandou D. Quixote rasgar as cortinas urdidas de mitos, máscaras, estereótipos, superstições e interpretações precipitadas, cortinas que cobriam hermeticamente o mundo em que vivemos e que

nos esforçamos por entender em vão, enquanto não se levantar ou rasgar esse véu. D. Quixote não é um conquistador, foi conquistado. Porém, tal como Cervantes demonstra D. Quixote, com a sua derrota, comprova-nos que “a única coisa que podemos fazer perante a derrota inevitável da chamada vida é esforçarmo-nos por compreendê-la”. Eis a grande descoberta de Miguel Cervantes – uma vez efetuada não será mais esquecida. Nas humanidades, todos nos esforçamos por seguir este trilho palmilhado. É graças a Cervantes que hoje estamos onde estamos.

Rasgar as cortinas, compreender a vida... Que significa isso? Como pessoas, preferimos habitar um mundo harmonioso, limpo e transparente, no qual o bem e o mal, a beleza e a fealdade podem ser cuidadosamente separados, nunca se misturam e, graças a isso, sabemos como estão as coisas, por onde temos de ir e como devemos agir. Sonhamos com um mundo no qual os juízos e as decisões não exigem dificuldades para os compreender. Deste sonho nascem as ideologias que são umas grossas cortinas que nos impem de ver mais além do que a vista alcança. Étienne de la Boétie chamou de “escravidão voluntária” esta nossa inevitável tendência. Foi Cervantes quem nos mostrou o caminho para a evitar, expondo o mundo na sua realidade nua e incômoda, mas libertadora, uma realidade que abarcava uma multiplicidade de significados e um déficit inevitável de verdades absolutas. E é precisamente neste mundo, no qual a única certeza é a certeza da incerteza, que nós temos de tentar continuamente, e mesmo sem resultados, concebermo-nos a nós próprios e mutuamente, entendermo-nos e vivermos uns com os outros e uns para os outros... Nesta medida, as humanidades, ou seja, a ciência acerca do homem, almeja ajudar as pessoas ou, pelo menos, deveria almejá-lo, se pretende ser fiel à herança de Miguel de Cervantes Saavedra...»